

A JANELA OVAL

- 1 -

Tenso, olhei para o alto e não vi o céu ou o azul das nuvens, nem me interessei pelo sol. Nada disso me importava naquela tarde fria do inverno de agosto de 1961, em que sentíamos calor a cada passo e em cada gesto. Porto Alegre e todo o sul do Brasil tinham ainda temperaturas baixas, e o nevoeiro úmido, às vezes, só se dissipava a partir do meio-dia. Todos vestíamos roupas de lã e, sob o vento gelado, ao abrir a boca exalávamos vapor, lançando um bafo brincalhão sobre as vidraças. E cada vidraça transformava-se em tela de pintura na qual, com o dedo, os tímidos escreviam o próprio nome e os mais atrevidos desenhavam um coração com o nome da amada. Talvez por isso, naquele tempo e naqueles invernos, as janelas exerciam sobre nós um fascínio ingênuo, tão secreto quanto inexplicável.

Olhei para o alto e nada vi. Ou vi apenas o vitral da janela em forma de eclipse, no alto da parede do Palácio Piratini. Ali fixei a mirada e, como se aquele calor interno instalado dentro de mim me guiasse em pleno frio, gritei incisivo e forte:

– Um martelo e uma escada comprida, que chegue ao teto! Mas rápido!

O soldado da Brigada Militar do Rio Grande do Sul assentiu com a cabeça, em silêncio, e saiu em correria rumo ao pátio do Palácio, levantando um dos braços ao ar para o fuzil não esbarrar em ninguém.

Pronunciei a frase num tom direto e duro, como uma ordem, não por ter condições de dar ordens ou por ostentar algum posto militar ou civil com autoridade de mando. Eu era tão só um jornalista. Simplesmente, soltei a frase vencido pelo cansaço e guiado por uma espécie de torpor onírico que dava às palavras um ímpeto cru, como aqueles bêbados que esbravejam no auge do porre, mas são suaves e quietos na realidade do dia a dia, quando sóbrios. E o soldado obedeceu, talvez porque fosse treinado para cumprir ordens ou porque estivesse exausto também, sem ânimo para raciocinar.

Era o início da tarde de domingo, 27 de agosto de 1961. Na sexta-feira, 25 de agosto, em Brasília, Jânio Quadros havia renunciado à Presidência da República, num gesto tão inesperado e intempestivo que, há dois dias, nos provocava uma insônia de atemorizada e constante vigília. Eu havia dormido apenas três horas na madrugada de sexta-feira para sábado e, de pé já às 7h da manhã, desde então nem sequer cochilara nas cadeiras duras ou nos sofás fofos do Palácio, onde passamos a noite ao telefone ou batendo no teclado da máquina de escrever. Aos 27 anos pode-se fazer isso, sem sacrifício e sem contar as horas! Desde o sábado eu tinha me instalado no berço das notícias – o Palácio do governo gaúcho –, ali onde as situações novas podiam nascer a partir do que lá se sabia do que ocorria em Brasília, no Rio, São Paulo e no resto do Brasil. A situação era grave. Afinal, por que Jânio Quadros renunciara, se nem sequer completara sete meses no poder que exercia de forma quase imperial?

No dia 28 de agosto, segunda-feira, ele iria instalar a Presidência da República na capital do Rio Grande do Sul, naquela ideia de governo-itinerante, que começara em Recife, meses antes. Tudo estava preparado para recebê-lo com o Ministério inteiro. Durante três dias, o gabinete presidencial funcionaria nas salas do comando do III Exército, na Rua dos Andradas, aquela que todos chamam pelo nome antigo de Rua da Praia, mesmo que agora não exista praia alguma nem a lembrança de quando o rio chegava até ali. Tudo estava preparado para receber a cúpula que comandava o Brasil. Nos municípios distantes, os partidos

conservadores (que apoiavam Jânio) armavam comitivas rumo à capital, onde também estariam os generais das guarnições espalhadas pelo interior, para prestar continência ao presidente e seu ministro da Guerra. Por decisão do governador, os alunos das escolas primárias estaduais, com bandeirinhas do Brasil e do Rio Grande, receberiam o presidente ao longo do trajeto do aeroporto ao centro. Porto Alegre dispunha-se a retumbar como capital do Brasil por três dias.

Não foi isto, no entanto, que fez com que, nas horas seguintes à renúncia, o governador Leonel Brizola descesse do seu gabinete e, das janelas do piso térreo, num discurso para as trezentas pessoas do povo, que se aglomeravam com improvisadas faixas e cartazes defronte ao Palácio, fizesse um apelo ao renunciante Jânio:

– Venha, presidente, venha para a capital gaúcha e instale o governo da República, como previsto. Aqui, o governo estadual e o povo inteiro, civis e militares, garantem a continuidade do seu governo. Aqui não há pressões. Venha, presidente, no Rio Grande do Sul há garantias!

A carta-manifesto deixada por Jânio, sem destinatário, mas, de fato, dirigida ao povo, levava a concluir que ele abdicava do poder sob pressão. E, no caso do presidente da República, a pressão equivalia a um golpe de Estado.

Fui vencido pela reação e, assim, deixo o governo. Nestes sete meses cumpri o meu dever. Tenho-o cumprido dia e noite, trabalhando infatigavelmente, sem prevenções nem rancores. Mas baldaram-se os meus esforços para conduzir esta nação, que pelo caminho de sua verdadeira emancipação política e econômica era o único que possibilitaria o progresso efetivo e a justiça social a que tem direito o seu generoso povo.

Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando e denunciando a corrupção, a mentira e a covardia, que subordinam os interesses gerais às ambições de grupos dirigidos, inclusive, do exterior. Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis se levantam contra mim e me infamam ou me intrigam até com a desculpa da colaboração.

Se permanecesse, não manteria a consciência e a sereni-

dade indispensáveis ao exercício da nossa autoridade. Creio, mesmo, não manteria nem a própria paz pública.

Encerro, assim, com o pensamento voltado para a nossa gente, para os estudantes, para os operários, para a grande família do país, esta página da minha vida e da vida nacional. A mim não falta a coragem da renúncia.

Saio com um agradecimento e um apelo. Um agradecimento aos amigos que comigo lutaram e me sustentaram dentro e fora do governo, e de forma especial às Forças Armadas, cuja conduta exemplar em todos os instantes e oportunidades não canso de proclamar.

Apelo à paz, ao conagraçamento, à estima de cada um dos meus patrícios, para todos, por tudo e para cada um. Somente assim seremos dignos deste país e do mundo. Seremos dignos de nossa herança e da predestinação cristã. Retorno agora ao meu trabalho de advogado e professor. Trabalhem todos. Há muitas formas de servir à nossa pátria.

Em 25 de agosto de 1961

Jânio Quadros

– 2 –

Que “forças terríveis” o pressionavam? De onde partiam as pressões?

Em parte, as palavras recordavam as da carta-testamento de Getúlio Vargas, escrita no bojo de uma crise política que o levou ao suicídio sete anos antes, em 1954. Ou, num plágio da História, buscavam criar a emoção desencadeada pela carta de Getúlio, copiando-lhe a ideia mestra. A frase inicial de Jânio – “fui vencido pela reação” – não parecia deixar dúvidas. Na semântica política, o termo *reação* se aplicava aos que reagiam às reivindicações de reforma social, bandeira das esquerdas. Ou seja, *reação* se aplicava à direita *reacionária* e americanófila, exatamente o setor que o havia elegido presidente. No governo, porém, Jânio passara a oscilar como um pêndulo, de um lado a outro. Na campanha eleitoral de 1960 para a Presidência, Brizola (que governava o Rio Grande desde 31 de janeiro de

1959) tinha apoiado o marechal Henrique Teixeira Lott, candidato da governista coligação PSD-PTB, com João Goulart na vice-presidência. Votava-se separadamente para cada uma das funções e Lott perdeu, mas Jango Goulart outra vez elegeu-se vice-presidente, tal qual ocorrera quatro anos antes, em 1956, então junto com Juscelino Kubitschek.¹

Tão pronto assumiu o poder em Brasília a 31 de janeiro de 1961, o todo-poderoso Jânio tomou a iniciativa de aproximar-se de Brizola, já então visto pela direita conservadora como um *enfant terrible*: num dos primeiros atos como governador, havia estatizado os serviços e instalações da American Foreign and Power, o intocável polvo mundial de eletricidade, e isto o tornara um herói e um vilão, ao mesmo tempo. Um herói que, com visão de independência e soberania nacional, enfrentava o poder imperial da Nova Roma do século XX. Um vilão e aventureiro que desafiava o poder do Novo Império e rompia a ordem estabelecida.

No início de março, Jânio viajou ao Rio Grande do Sul para a inauguração da Festa da Uva, em Caxias do Sul, e ali, num gesto aparentemente frugal, selou publicamente a aproximação. No palanque oficial, de pé (enquanto viam o desfile dos carros alegóricos e “rainhas da festa”), quando Brizola pôs na boca um cigarro, Jânio inclinou-se sobre ele e lhe deu fogo. Ambos cigarros se tocaram, o de Jânio acendendo o de Brizola. Para fumantes inveterados como eles, aquele gesto equivalia a um beijo num pré-namoro de adolescentes. Apenas uma beijoca de fraterna amizade, mas que abria um canal de intimidade política entre dois homens em nada afeitos a admitir íntimos nem intimidades.

Quando, minutos depois, o presidente colocou um cigarro à boca, Brizola retribuiu o gesto e o acendeu, como se esperasse a oportunidade de mostrar que aceitava o namoro. Fotografada, a

1. O candidato de Jânio à vice-presidência, o jurista Milton Campos, da UDN de Minas Gerais, ficou em segundo lugar. Pensava-se que o terceiro aspirante a vice, o gaúcho Fernando Ferrari (que criara uma cisão no trabalhismo) retiraria votos de Jango, mas ocorreu o contrário: debilitou Milton Campos.

cena apareceu no dia seguinte na primeira página dos vespertinos *Folha da Tarde e Última Hora*, de Porto Alegre.

(Hoje, passado meio século, após ter conhecido a visão teatral de Jânio e sua fantasia mágica do poder, percebo que o gesto foi preparado. Ou, tão acostumado estava ele com essas teatralidades, que tudo lhe saiu sem que o previsse, mas numa inconsciente premeditação, porque era parte do seu cotidiano. Nas andanças pelo interior de São Paulo ou por outros pontos do país, a quantos adversários ou rivais Jânio Quadros terá “dado fogo”, com o cigarro aceso ou riscando um fósforo, como tentativa de se aproximar? Jânio era exímio na arte de representar, algo inerente aos políticos, mas que, nele, tinha uma dimensão profunda e total. Representava não só para os outros, mas para si próprio. A renúncia à Presidência se enquadra nessa simulação da realidade que ele inventava e que, para si mesmo, fantasiava como real.)

– 3 –

Dali em diante, ou a partir do cigarro, cada qual aproximou-se do outro. Brizola apoiava a política externa de Jânio (tachada de pró-esquerdista e atacada por boa parte dos políticos conservadores que haviam apoiado sua candidatura presidencial), mas criticava duramente a política econômica interna. Até o tom crítico do jovem governador arrefeceu, porém, ou suas palavras tornaram-se menos contundentes, à medida que Jânio lhe dispensava, pouco a pouco, uma atenção que não demonstrava sequer com Carlos Lacerda, governador da Guanabara e um dos arautos da sua vitória eleitoral.

Nesse agosto de 1961, a teatralidade de Jânio Quadros transformara todas as aparências da política e parecia ameaçar o próprio quadro político. Rodeado de políticos e militares conservadores, nem os seus ímpetos (como a condecoração a Ernesto *Che* Guevara, com que, pessoalmente, homenageou o comandante guerrilheiro) o fizeram perder apoio da sua área civil ou fardada. A renúncia à Presidência, porém, consumada horas após prestar continência à bandeira no Dia do Sol-

dado, em Brasília, criou uma reviravolta. Naquele exato dia 25 de agosto, o vice-presidente João Goulart (após ter estado na União Soviética) concluía uma visita oficial à China comunista e, iniciando a viagem de volta, saía de Xangai com destino a Cingapura. Naqueles preconceituosos tempos da Guerra Fria, a China fora condenada ao isolamento pelos Estados Unidos – não fazia parte da ONU e tinha relações apenas com os países comunistas da Europa, mais a Inglaterra, cuja colônia de Hong Kong estava encravada em território chinês. Visitá-la significava entrar na “lista negra” internacional do horror alimentado pela CIA e pelo Pentágono.

– 4 –

Se Jango Goulart estivesse em Brasília no momento da renúncia, talvez os dias seguintes não viessem a ser tão dramáticos. O gesto do presidente fora tão surpreendente e inusitado que nem os velhos inimigos de Jango nas Forças Armadas (como os três ministros militares) teriam tempo ou oportunidade para impedir o rito normal da substituição. O vice-presidente, porém, estava a dezenas de milhares de quilômetros de distância, e fora enviado à União Soviética e à China por decisão de Jânio.

A substituição do presidente da República seguiu, assim, o rito normal: o paulista Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, tomou posse interinamente, na mesma tarde, após o Congresso tomar conhecimento do “gesto unilateral da renúncia” e declarar vaga a chefia do governo. Quando o ministro da Guerra chegou ao Palácio, os jornalistas o indagaram sobre o que pensava da posse de João Goulart. Denys desconversou: “Estou aqui para outra posse!”. Ao desconversar, deu o primeiro indício do que preparava junto com os chefes da Marinha e da Aeronáutica. No único e breve discurso da cerimônia, porém, o interino Mazzilli lembrou que “por força de dispositivo da Constituição Federal” cumpria ao presidente da Câmara dos Deputados, “na ausência de Sua Excelência, o vice-presidente João Goulart, assumir nessa eventualidade histórica

a presidência da República”. E concluiu: “A nação está assistindo a um ato histórico, é certo, mas de rotina na construção do nosso direito constitucional”.

Ao lado de Mazzilli no gabinete presidencial do Planalto, os três ministros militares entreolharam-se espantados. O almirante Sílvio Heck, da Marinha, mordiscou os lábios e apertou a boca. O brigadeiro Grün Moss, da Aeronáutica, respirou fundo, a pleno pulmão, e o som ressoou pela sala. O marechal Odílio Denys empertigou a cabeça e fez-se ainda mais alto, movendo o corpanzil como se tentasse refazer-se do susto.

Mais por formalidade do que por convicção constitucionalista, o interino Mazzilli lhes recordava o que pareciam ter esquecido: o substituto definitivo de Jânio Quadros era o vice-presidente.

Desde o anoitecer da sexta-feira da renúncia, mais do que ninguém, Leonel Brizola também recordava esse detalhe. Ao final da tarde, conseguira falar ao telefone com um dos assessores de Jânio, na Base Aérea de Cumbicas, em São Paulo, para onde o renunciante voara no avião presidencial. “A renúncia é um ato pessoal de vontade do presidente. Ninguém o pressionou. Os ministros militares insistiam, até, em que permanecesse. A ideia foi dele e só dele”, disse-lhe Carlos Castello Branco, secretário de Imprensa da Presidência, sem entrar em minúcias, até mesmo porque ninguém do entorno presidencial sabia das minúcias que habitavam o ego de Jânio.

– 5 –

Agora, a renúncia deixava de ser importante e o fundamental passava a ser a volta de Jango Goulart ao Brasil para assumir definitivamente a chefia do governo. Mas, o que tinha mudado da sexta-feira da renúncia ao domingo, para haver tanta apreensão e medo?

No domingo, 27 de agosto de 1961, o governador rio-grandense preparava-se para responder a uma ameaça ainda

maior: o ataque do Exército ao palácio governamental, no centro da cidade. Uma ordem do Gabinete Militar da Presidência da República, em Brasília, mandava o exército “silenciar Brizola” e “sua pregação subversiva, usando a força, se preciso”.

Que “pregação subversiva” era essa? Por volta do meio-dia do sábado, 26 de agosto, o deputado trabalhista gaúcho Ruy Ramos deu o alerta inicial que modificaria os dias e anos seguintes: pelo serviço de rádio do escritório do Rio Grande do Sul em Brasília, contou a Brizola os detalhes da conversa que ele e o deputado Bocayuva Cunha (do Rio de Janeiro) haviam tido, pouco antes, com o ministro da Guerra. Sem rodeios, o marechal Denys lhes disse que “Jango não poderá assumir e nem voltar ao Brasil”, completando seu pensamento com uma frase seca e lacônica: “E se voltar, as Forças Armadas o prenderão!”.

Entre o parlamentar e o chefe do Exército sucedeu-se, então, um diálogo surrealista em pleno Palácio do Planalto:

– Sabe, marechal, que posso dar-lhe voz de prisão por desrespeito à Constituição? –, bradou-lhe Ruy, em quem a voz grave e a vasta cabeleira grisalha emolduravam a fama de ser o grande orador do Parlamento.

– Prenda-me, deputado! Mas saiba que eu também posso prendê-lo por desacato ao chefe do Exército!

– Aqui estou! Prenda-me então, ministro!

Presos e prendedores recíprocos, ninguém prendendo ninguém, despediram-se como inimigos, sem aperto de mãos.

– 6 –

Ao anoitecer, no Rio de Janeiro, o marechal Henrique Teixeira Lott soube que seu antigo camarada de armas vetava a posse de João Goulart e, com apoio da Aeronáutica e da Marinha, iria impedir que descesse “em qualquer aeroporto do país”. Desde 1955, quando ministro da Guerra, Lott se tornara instrumento e símbolo da defesa da Constituição, ao evitar (junto com Denys) um golpe de Estado urdido para impedir a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, eleitos para a presidência e vice-presi-

dência da República. Permaneceu no comando do Exército no governo de Juscelino e só deixou o ministério para ser candidato à Presidência da República. Derrotado por Jânio Quadros, Lott reaparecia agora na cena política para alertar sobre outro golpe de Estado. Aos 66 anos, sem nenhuma função militar e já reformado, sua palavra tinha, no entanto, a autoridade típica do velho soldado incorruptível cuja única opção política era a lei.

Num “manifesto aos meus camaradas das Forças Armadas”, que ele próprio lê a Brizola, pelo telefone do Rio a Porto Alegre, Lott afirma ter tomado conhecimento da decisão do marechal Denys “de não permitir que o atual presidente da República entre no exercício de sua função” e de detê-lo quando pisar em território nacional.

E dá detalhes:

Mediante ligação telefônica, tentei demover aquele eminente colega da prática de semelhante violência, sem obter resultado. Mesmo afastado das atividades militares, mantenho compromisso de honra com a minha classe, com a minha pátria e com as instituições democráticas. Por isto, sinto-me no indeclinável dever de manifestar meu repúdio à solução anormal e arbitrária que se pretende impor à nação. Dentro dessa orientação, conclamo todas as forças vivas do país, as forças da produção e do pensamento, os estudantes e intelectuais, os operários e o povo em geral para tomar posição decisiva e enérgica pelo respeito à Constituição e preservação do regime democrático, certo de que meus nobres camaradas das Forças Armadas saberão portar-se à altura das tradições legalistas que marcam a sua história nos destinos da pátria.

– 7 –

Quando Leonel Brizola entregou-me o manifesto de Lott, eram quase 3h da madrugada de domingo, 27 de agosto, e num grupo de cinco jornalistas nos concentrávamos na pequena antessala do gabinete do governador. Com exceção de um (integrante da Rádio Farroupilha), os demais éramos todos da *Última Hora* e um deles, Belmiro Sauthier, também da Rádio

Gáucha, que transmitia seus informativos da redação do jornal. Este detalhe de aparência inócua, iria explicar alguns dos acontecimentos dos dias seguintes e os próprios rumos daquilo que passaria a chamar-se “movimento da legalidade”.

Rosto adusto e sério, ao sair do gabinete e encontrar o grupo de jornalistas, Brizola – contra todos os seus hábitos – sentou-se, mostrando quealaria muito. Os próprios telefones serviram de microfone e, em ligações diretas para as rádios Gaúcha e Farrroupilha, ele começou dizendo:

“A esta hora da madrugada decidi dirigir-me aos meus conterrâneos: nosso país está vivendo horas dramáticas de tensão!”.

A frase inicial resumia o que viria depois. Em condições normais, ninguémalaria pelo rádio àquela hora, mas ele sabia que milhões o ouviam e que não eram noctâmbulos vagabundos ou insones crônicos. Desde a sexta-feira da renúncia, a parte mais politizada da população farejava no ar as incertezas criadas pelo gesto de Jânio Quadros e ampliadas pela ausência do vice-presidente.

Brizola tinha muito a revelar. Contou da advertência do ministro Denys aos deputados Ruy Ramos e Bocayuva Cunha e mencionou o manifesto-denúncia do marechal Teixeira Lott.

“O Rio Grande não permitirá atentados. A renúncia do Sr. Jânio Quadros é definitiva. Resta agora dar posse ao presidente constitucional do Brasil e entregar a presidência ao Sr. João Goulart. Isto é o que determina a lei maior, a Constituição”, – destacou.

E continuou: *“Entretanto, a politicagem, os sentimentos inferiores e golpistas de alguns círculos da República, vêm entendendo que não se deva dar posse ao vice-presidente, que se deve impedir que o presidente constitucional do Brasil, que agora é o Sr. João Goulart, exerça suas funções”*.

Logo, apontou: *“Círculos federais, não apenas da política e da politicagem, explorando e reunindo alguns chefes militares em torno das suas intenções macabras, em pronunciamentos e notas discutidas nos gabinetes custeados e pagos com o dinheiro do povo, visam impedir que o presidente constitucional exerça suas funções”*.

A linguagem é contundente, mas respeitosa: *“Nós, que governamos o Rio Grande, não assistiremos passivamente a quais-*

quer atentados às liberdades públicas e à ordem constitucional. Reagiremos como estiver ao nosso alcance. Nem que seja para sermos esmagados, defenderemos nossa honra e nossas tradições. A Constituição tem de ser respeitada”.

A crise foi gerada por um veto da cúpula militar e, portanto, trata-se de uma crise militar, a ser resolvida mais do que tudo pelos que detêm as armas. E, habilmente, Brizola tenta sensibilizar todos os setores, e também os soldados:

“Duvido que esses apelos ao golpe e as ordens para que se execute o golpe encontrem lugar e guarida nos corações e nas consciências dos soldados da nossa pátria que juraram defender a Constituição e a ordem legal. Apelo a todos para que observem a marcha dos acontecimentos com absoluta calma, com a segurança que somente têm os que estão cheios de razão. [...] Apelo a todas as forças vivas do meu Estado, aos trabalhadores e sindicatos, aos estudantes, ao povo e à população do Interior, a essa gente simples que não sabe o que é se submeter à humilhação e curvar a espinha. Nós queremos é a ordem e a paz. Não queremos a anarquia. Não queremos o caos. Desejamos o respeito ao princípio de autoridade, queremos a ordem legal, o império da lei e da Constituição”.

Traje gris escuro, de gravata, Brizola tem diante de si uma folha com rápidas anotações, um esboço dos temas que desenvolve passo a passo:

“[...]Que assumam a responsabilidade aqueles que pretendem atentar contra a ordem constituída e verificarão que [...] todos, desde o peão de estância mais humilde até o maior industrial da cidade, não desejam e não querem o regime do arbítrio, o regime do abuso da autoridade em nosso país”.

Pede que “cada um tome as medidas que estiver ao seu alcance” e “aja em defesa da Constituição diante de qualquer iniciativa concreta de opressão e de violência contra as liberdades públicas”.

As palavras são, também, esperançosas: *“Espero que aqueles que lançam a ofensa do golpe reexaminem essa atitude inaceitável, esse desatino que poderá jogar o país no caos, numa luta sangrenta e na guerra civil”.*

Concluiu com um chamamento:

“Atenção meus conterrâneos, muita atenção! O governo do Estado resistirá a qualquer tentativa de golpe. Resistiremos com o que estiver ao nosso alcance, vivendo os mandamentos da nossa consciência.[...] Este apelo eu levo a ti, gaúcho do Rio Grande, a ti brasileiro de outros Estados, a ti soldado do Brasil, das nossas forças públicas, Exército, Marinha e Aeronáutica. Atendem para a gravidade deste momento. Defendamos a ordem legal, defendamos a constituição, defendamos a honra e a dignidade do povo brasileiro”.

O Movimento da Legalidade ainda não tinha este nome, mas estava definitivamente nas ruas.

– 8 –

Eram quase 3h30 da madrugada quando Brizola concluiu a “entrevista”, em verdade uma proclamação ao povo. Cerca de trinta minutos depois, recebo no Palácio um telefonema de Maurício Sirotsky Sobrinho, diretor da Rádio Gaúcha: “Acabam de nos retirar do ar, por ordem do Exército. Avisa ao governador”. Dois funcionários dos Correios e Telégrafos (que, por lei, aplicava as sanções) tinham ido à redação da *Última Hora*, onde funcionava o departamento de notícias da rádio, para formalizar o fechamento “por tempo indeterminado”. De lá, rumaram à Rádio Farroupilha para o mesmo ritual.

A reação do III Exército fora fulminante. Desde a sexta-feira da renúncia, as tropas estavam de prontidão. A partir do sábado, soldados de fuzil em riste e cercas de arame impediam o trânsito de automóveis pelos cinco quarteirões de quartéis que vão da Rua Riachuelo à Rua Sete de Setembro, pleno centro de Porto Alegre, onde está o comando militar. Só passavam os moradores do lugar, mas a pé.

Era a demonstração externa de que o Exército estava envolvido na crise, ou era a crise em si. O manifesto de Lott e, mais do que tudo, o pronunciamento de Brizola mostravam que haveria resistência ao golpe e isto acelerava o tom drástico

da reação do comando militar. Nunca, em tempo algum, uma estação de rádio fora fechada tão rápido e em plena madrugada dominical, em lugar algum. No Rio de Janeiro, ao amanhecer de domingo, o marechal Lott fora preso em seu apartamento em Copacabana (por ordem expressa de Denys) e trancafiado entre as velhas paredes da Fortaleza de Laje, construída em 1642, junto ao mar, no outro lado da baía de Guanabara.

– 9 –

Não só isto, porém, havia mudado da sexta-feira da renúncia ao domingo, para haver tanta apreensão e medo entre os noventa ou cem civis, eu entre eles, que tinham ido à sede do governo, solidários com o governador, para juntar-se à guarda palaciana. Também a Brigada Militar (a força pública gaúcha) estava de prontidão e ocupava os pontos nevrálgicos da cidade – a usina elétrica e o gasômetro, o porto, as estações ferroviária, rodoviária e de tratamento d'água, a companhia telefônica, a ponte sobre o rio Guaíba etc. No terraço do Palácio, seis metralhadoras pesadas e uma antiaérea. Por ordem de Brizola, no domingo, outras três metralhadoras antiaéreas foram instaladas no ponto mais alto da cidade, ao lado do Palácio – a cúpula da catedral católica, ainda em construção.

Nós, os civis, recebemos revólveres calibre 38, novinhos, requisitados pelo governo no fabricante, a Forjas Taurus. Numa folha, assinava-se o recibo e pronto! Mas a munição era racionada: oito balas por arma, só duas além da carga habitual. Com o capitão Walter Nique, assistente militar do governador, consegui mais seis balas, em segredo, sob compromisso de não revelar a origem! A pontaria tinha de ser segura, tranquila e sem ansiedade. Não sabíamos ao certo contra quem íamos disparar, como em todas as guerras, onde o inimigo não é um desafeto pessoal a quem odiamos, mas só um adversário-ladrão que quer apoderar-se do que é nosso. Por isto, seria repellido. O Exército recebera instruções de Brasília para silenciar o governador, fosse

como fosse, para que o arroubo de seus 39 anos de idade não alterasse os planos dos três ministros militares.

– 10 –

Foi assim que cheguei ao amplo salão térreo da parte frontal do Palácio, junto à catedral, e observei a janela oval. Os soldados da Brigada começavam a empilhar sacos de areia junto às janelas, portas e entradas, em barricadas de proteção. Outros, fuzil na mão, tinham missão ainda mais delicada: convencer as mil ou duas mil pessoas esparramadas pela praça a saírem dali imediatamente. Tropas do Exército iam nos atacar talvez em poucos minutos, e a bucólica Praça da Matriz (com muito verde e muitos pássaros) ia transformar-se em praça de guerra, com estrondos e sangue. Foi assim, enquanto empilhavam sacos de areia junto à janela e em meio à balbúrdia de mais e mais civis chegando ao salão de arma em punho, foi assim, ao observar tudo isto, que me deparei com a janela recortada em elipse, no alto da parede e bradei, dando ordens ao *brigadiano*.

E foi também assim que, uns dez minutos depois, ele voltou carregando um martelo e uma escada imensa. Alto e esguio, com olhos de quem não dormira sequer num catre, não sei como conseguia equilibrar fuzil, martelo e escada em torno do corpo magro.

– Encosta no alto da parede, ali! – disse-lhe apontando o lugar e tomando-lhe o martelo. De novo, ele obedeceu. A tez clara e os lábios finos mostravam que era da zona rural alemã, talvez filho de agricultores pobres, e se alistara na milícia estadual para ter um ganho fixo mês a mês e exercer alguma “autoridade” vigiando bêbados e gatunos na cidade grande. Na certa, ele jamais pensara em guerrear, muito menos “pela Constituição”, pois nem sabia direito o que era isso. Que significado tinha para ele esta guerra e qualquer outra? Ele estava ali, nos seus 20 ou 22 anos, no entanto, tão disposto e pronto para a guerra que prestava obediência quase reverencial a um adulto de 27 anos como eu.

Ele ajeitou a escada e eu subi. Com o martelo pesado, bati direto no vitral do meio, depois em dois menores junto à parede, que se quebraram fácil, abrindo um buraco ao exterior. Os estilhaços caíram ao chão, os pequenos apoios de chumbo retumbaram mais do que o vidro e, só então, as quarenta ou cinquenta pessoas que ali se aprontavam para a guerra perceberam o ruído e viram que a batalha tinha começado. De costas, do cimo da escada, ouvi um coro ansioso, com todas as vozes retumbando em gritos na mesma pergunta de reprovação:

– Que barbaridade é esta? Tchê, que loucura é esta?

Aqueles civis autotransformados em combatentes há poucos minutos, que haviam recebido armas e se diziam decididos a disparar e matar a quem tentasse invadir o Palácio, não se escandalizavam com nada disso. Nem com o fato de que a maioria não sabia atirar. A súbita transformação de pacatos jornalistas, funcionários públicos, advogados, médicos, engenheiros ou dentistas em improvisados soldados de revólver calibre 38 na mão passava a ser natural.

Escandalizavam-se, porém, com o buraco que meu martelo tinha aberto na janela oval, no alto da parede, junto à catedral, para ali instalar um atirador com fuzil. Os gritos de reprovação se acentuaram.

Salvou-me da fúria o capitão Walter Nique que, com quepe e uniforme da Brigada Militar, apareceu para organizar e comandar a defesa da lateral direita do Palácio. Trazia à cintura uma pistola 45 mm e na mão uma metralhadora portátil Ina. Olhou o buraquinho no alto, que cobria o flanco da catedral e a esquina da praça (por onde se esperava o ataque) e exclamou:

– Grande ideia!

Mandou o soldado subir na escada e ajeitar-se lá em cima, com seu fuzil Mauser, modelo da Grande Guerra de 1914-1918.

Naquele domingo em que o Exército recebera ordens de silenciar Brizola, a janela oval, com seu buraquinho aberto a marteladas, era agora um novo e inesperado detalhe na estratégia de defesa do Palácio.